

**UnICEUB – CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

KLAUSS TARIK LINHARES DE LIMA

**INTERVENÇÃO MILITAR E A (RE)DEFINIÇÃO DO MODERNO
CONCEITO DE SOBERANIA: REFLEXÕES COM BASE NA GUERRA
RÚSSIA-GEÓRGIA**

**Brasília
2010**

KLAUSS TARIK LINHARES DE LIMA

**INTERVENÇÃO MILITAR E A (RE)DEFINIÇÃO DO MODERNO
CONCEITO DE SOBERANIA: REFLEXÕES COM BASE NA GUERRA
RÚSSIA-GEÓRGIA**

Monografia apresentada como requisito para conclusão do curso de
bacharelado em Relações Internacionais do UniCEUB - Centro
Universitário de Brasília.

Orientador: Prof. Delmo Argueles

**Brasília
2010**

KLAUSS TARIK LINHARES DE LIMA

**INTERVENÇÃO MILITAR E A (RE)DEFINIÇÃO DO MODERNO
CONCEITO DE SOBERANIA: REFLEXÕES COM BASE NA GUERRA
RÚSSIA-GEÓRGIA**

Monografia apresentada como requisito para conclusão do curso de bacharelado em Relações Internacionais do UniCEUB - Centro Universitário de Brasília.

Aprovada em ____ de _____ de 2010.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Delmo Argueles
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do UniCEUB
Orientador

Prof. Aline Arruda
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do UniCEUB

Prof. Frederico Dias
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do UniCEUB

À minha família, bem como à minha namorada, que sempre me apoiaram nos estudos e que me incentivaram a persistir sempre, permitindo que eu crescesse a cada dia.

RESUMO

Em 2008 houve uma guerra de repercussão mundial entre a Rússia e a Geórgia, a qual tomou grandes proporções e prejudicou determinados indivíduos. Esse conflito foi motivado, teoricamente, pela vontade dos russos em ajudar as partes prejudicadas pelos georgianos, ou seja, a Ossétia do Sul e a Abkházia. A Geórgia, um país soberano, cometeu atrocidades nestes territórios, neles exterminando grupos de indivíduos por motivos políticos e ideológicos. Isso foi impulsionado pelo fato de que essas partes queriam separar-se do território georgiano e tornar-se independentes. A Rússia, assim, entrou no conflito do lado delas, porém deixando transparecer outros objetivos que não humanitários (o qual eles alegavam ser os únicos) e, sim, arbitrários e oportunistas. Isso nós veremos a fundo nos argumentos aqui expostos. Mas essa intervenção russa foi objeto de grande discussão e oposição nos mais diversos setores da sociedade internacional, indo de encontro a normas e princípios já bem arraigados no Direito Internacional de forma geral, como, por exemplo, o *jus ad bellum* e o *jus in bello* (este em sua atual constituição, apenas), como será explicitado. E, assim, tem-se que ver se os benefícios dessa atitude russa perpassam os prejuízos, o que depende primordialmente do discernimento de cada um. Por isso, neste trabalho, constataremos, também, as características positivas e negativas da prática da Intervenção Militar de caráter humanitário para a ajuda de países ou indivíduos injustiçados e prejudicados em diversos sentidos. Veremos, também, como o atual sistema internacional de respeito à autonomia dos Estados (ou seja, à sua Soberania) impede que tal prática obtenha legitimidade ampla e seja executada de forma a respeitar a legalidade dentre os países. Nesse sentido, cada um que ler este trabalho poderá alcançar suas próprias conclusões quanto à eficiência e a proporcionalidade da intervenção da Rússia contra as atitudes da Geórgia que serão descritas aqui, embasando-se nas palavras de outras pessoas que também tiveram que refletir sobre essa situação de guerra entre os dois países, bem como sobre a prática da Intervenção militar e suas consequências sobre o princípio atual de Soberania, em geral.

ABSTRACT

In 2008 there was a war of global repercussion between Russia and Georgia, which took massive proportions and prejudiced certain individuals. This conflict was motivated, in theory, by the Russian's desire to help these parties injured by the Georgians, thus the South Ossetia and Abkhazia. Georgia, a sovereign country, committed atrocities in those territories, exterminating groups of people for political and ideological reasons. This was driven by the fact that these parties wanted to separate from Georgia and to become independent. Russia has thus entered the conflict on their side, but leaving other than humanitarian goals (which they claimed to be the only ones) to be shown, the arbitrary and opportunistic ones. This we will see in details on the arguments presented here. But the Russian intervention was a subject of great debate and opposition in various sectors of international society, meeting the standards and principles already entrenched in international law generally, for example, in the *jus ad bellum* and *jus in bello* (this one only in its current constitution), as will be explained. And so one has to see if the benefits of this Russian attitude pervades the losses, which depends primarily on each one's discretion. Therefore, in this work we will note also the positive and negative characteristics of the practice of the military intervention for humanitarian aid to countries or individuals wronged and harmed in many ways. We will also see how the current international system of respect for the autonomy of states (i.e. of its sovereignty) prevents that such practice obtain broad legitimacy and be implemented in order to respect the legality among the countries. In this sense, everyone who read this work will can reach their own conclusions about the effectiveness and proportionality of the Russia's intervention against Georgia's actions, which will be described here, basing yourselves on the words of others who also had to reflect on this situation of war between the two countries as well as on the practice of military intervention and its consequences on the current principle of sovereignty in general.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
Capítulo I - Contexto Histórico da Relação Rússia – Geórgia - Ossétia do Sul.....	11
Capítulo II - A Guerra por Parte da Rússia	20
Capítulo III - A Guerra por Parte da Geórgia.....	34
Conclusão	44
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	47
ANEXOS.....	50

INTRODUÇÃO

As arbitrariedades estatais são capazes de causar danos inimagináveis a grupos de indivíduos de determinada nacionalidade. Graças a elas, diversas pessoas estão passíveis de serem prejudicadas ou até de perderem a vida, muitas vezes sem que alguém as defenda, uma vez que a política governamental de um país não pode sofrer influência externa sem o seu consentimento, por um motivo que veremos em breve. Porém, alguns países, ou alguns indivíduos em geral, não suportam esse tipo de injustiça. Assim, uma solução relativamente efetiva para que tais arbitrariedades sejam cessadas é a **Intervenção Militar** de um país (ou Organização Internacional) nas atitudes do Estado infrator dos Direitos Humanos.

Mas esse ato de justiça nem sempre é tão justo, e depende intrinsecamente do caráter e das intenções do Estado ou Organização Internacional (O.I.) interventores. Os objetivos destes podem ir muito além dos únicos necessários para a resolução dos problemas criados, pelo outro país, a certos grupos da sociedade, o que constitui um fim egoísta e que nem sempre alcança a paz a esses grupos. Esse insucesso na Intervenção Militar, também chamada de Intervenção Humanitária - dependendo de seu caráter -, pode ser visto em determinadas investidas humanitárias (com base no uso da força), feitas por Organizações Internacionais ou países dentre os mais poderosos do Mundo, e são poucos os casos em que tais atitudes obtiveram sucesso.

Em cada um dos cinco casos bem-sucedidos, a intervenção (militar) foi decidida pelas autoridades políticas de um Estado particular – os Estados Unidos (mesmo se eles operaram dentro do ambiente da ONU), Inglaterra ou Austrália – e executada pelas forças militares

profissionais desse Estado. Essas forças tiveram capacidades expedicionárias, e houve unidade de comando a respeito de criar decisão e executar decisão – em ambos os níveis político e militar. As intervenções puderam, portanto, ser feitas decisivamente e rapidamente, e executadas com foco, persistência e efetividade. Isso contrasta, por exemplo, com a ineficácia da intervenção da ONU na Bósnia, onde não houve autoridade política unificada para suas modernas forças militares, e as inefetivas intervenções Oeste-Africanas na Libéria e na Serra Leoa, onde houve alguma unidade de feitiço de decisão ao redor do governo nigeriano, mas as nações interventoras careceram de forças militares modernas. Claro, mesmo quando a elaboração de decisões é unificada e as forças militares são altamente profissionais, a intervenção irá falhar se os responsáveis pelas decisões políticas são ineficientes, como foi no caso da administração Clinton na Somália (KURTH, 2005: 92).

Mas, para entendermos melhor como procede a Intervenção Militar, vamos conceituá-la. Uma das definições de seu conceito pode ser dada por Steven Lee, o qual afirma que

Intervenção (abreviação para intervenção militar) é o uso da força militar por um Estado (o interventor) contra outro (o Estado-alvo) quando não há reação à força da agressão militar causada pelo Estado-alvo. Intervenção não é defesa contra ataque. Isso torna a intervenção moralmente problemática porque o *jus ad bellum* é entendido de forma a implicar que a força militar é justificada somente quando é utilizada de maneira defensiva (2007: 119).

O que foi afirmado por Lee quanto ao *jus ad bellum* (as regras pré-guerra que determinam quais os motivos que justificam um país travar uma guerra contra outro) explicita como as sociedades estão sujeitas à falta de amparo legal e legítimo de outra nação em caso de injustiças e atrocidades contra elas. A questão da legitimidade desse tipo de intervencionismo bélico é uma das questões a serem detalhadas aqui, visto que é um assunto delicado e, de certa forma, controverso. Uma vez que são os Estados os dirigentes das

intervenções militares, é bastante paradigmático tal fato e seria absurdo que não fosse contestado por muitos indivíduos e organizações, sendo que são justamente os Estados, muitas vezes, que cometem os crimes contra a humanidade. Um exemplo desses crimes é o genocídio, atrocidade a qual a Rússia acusou a Geórgia de cometer contra os ossetas do Sul (bem como contra os abkházios) em 2008, período no qual houve a Guerra Rússia-Geórgia por esse motivo, pelo menos em teoria. E é justamente com base neste conflito que refletiremos a eficácia do uso da Intervenção Militar Humanitária para resolver situações como essa entre os georgianos e os ossetas do Sul, um dos principais assuntos contidos neste trabalho.

Mas a problemática de legitimidade dessa prática de uso do poder bélico para fins humanitários não se limita à questão da dualidade de criminosos poderem ser defensores contra o crime, e vai além das políticas externas estatais. Ela entra no âmbito das políticas internas dos Estados opressores, rompendo um princípio pós-Westphaliano de grande valor dentre neo-realistas e estatistas contemporâneos em sua maioria: o da **Soberania**.

Diante dessa situação, surgem as seguintes questões : é possível haver a prática da intervenção militar humanitária de forma legítima e legal no sistema internacional como ele é atualmente, sem que nele haja uma reforma significativa? E tal prática intervencionista não precisa de limites e regras mais específicos, visto os excessos que um país pode cometer ao executá-la, como veremos ter sido o caso da Rússia em relação à Geórgia? E, por fim, um aprofundamento nos debates acadêmicos e políticos sobre intervenção humanitária não ajudaria a estabelecer tais limites e regras? É o que procuraremos responder ao longo deste trabalho.

CAPÍTULO I

CONTEXTO HISTÓRICO DA RELAÇÃO RÚSSIA – GEÓRGIA – OSSÉZIA DO SUL

Uma característica muito contestada e estudada que está ligada intrinsecamente ao ser humano é a sua vontade de adquirir cada vez mais poder, em grande parte. E uma excelente forma de se adquirir poder é adquirindo-se territórios. Norberto Bobbio, em *Dicionário de Política*, define bem essa vontade humana quando afirma que

Colonialismo é freqüentemente usado como sinônimo de imperialismo, quando, em vez disso, ele não é senão uma das formas assumidas pelo imperialismo no decorrer da história. O Colonialismo teve na época da expansão mais avançada do imperialismo, fim do século XIX, formas e conteúdos mais complexos que em qualquer época anterior. A necessidade de aumentar as fontes de matérias primas, minerais e agrícolas, em benefício do desenvolvimento industrial dos países europeus, motivou não só a repartição do resto do mundo ainda não colonizado, como também e sobretudo a organização de formas de Estado coloniais, visando a uma estruturação econômica e social dos países colonizados que se prestasse a um aproveitamento mais racional dos recursos (1983: 191).

Assim, por meio dessas aquisições territoriais, aumenta-se as riquezas naturais de uma nação, como minérios, pedras preciosas, terras férteis e pontos geográficos estratégicos para algum eventual embate com outra sociedade. Isso tudo pode iniciar-se por uma intervenção militar, que muitas vezes pode apresentar caráter dúbio, como foi o caso da interferência da Rússia na Geórgia e na Ossétia do Sul durante a Guerra estudada neste trabalho, interferência esta que, apesar de ter surtido efeitos positivos, como o salvamento de sul-ossetas oprimidos, pode ter tido outros objetivos puramente políticos, como analisaremos posteriormente.

Antes de prosseguirmos, convém especificar-se o significado e o sentido de Imperialismo. Inicialmente, em seu surgimento, este possuía um caráter positivo que seguia uma tradição histórica. Provinha dessa prática a expressão **Império**, “sendo entendida (como transparece, por exemplo, no *De monarchia* de Dante Alighieri) como sinônimo de paz mundial.” (BOBBIO, 1983: 622). Porém, com a expansão européia e sua aquisição de terras estrangeiras, o sistema internacional, com as suas relações interestatais, torna-se interdependente. “Tal atitude assenta, em última análise, no fato de que o Imperialismo começa a ser entendido como uma contradição em relação ao princípio da autodeterminação das nações, afirmado pela Revolução Francesa e recalcado pela Revolução Soviética” (BOBBIO, 1983: 622). É aí que o Imperialismo passa a ser caracterizado, de forma exponencial, como algo negativo. Quanto ao seu significado recentemente adquirido, pode ser entendido como “expansão violenta por parte dos Estados, ou de sistemas políticos análogos, da área territorial da sua influência ou poder direto, e formas de exploração econômica em prejuízo dos Estados ou povos subjugados, geralmente conexas com tais fenômenos.” (BOBBIO, 1983: 621).

Em razão de expansões territoriais, podem ser formadas colônias. Quanto à (antiga) prática da colonização, Marc Ferro afirma que ela

é associada à ocupação de uma terra estrangeira, à sua exploração agrícola, à instalação de colonos. Assim definido o termo *colônia*, o fenômeno data da época grega. Da mesma forma, fala-se de ‘imperialismo’ ateniense, e depois romano – terá a expressão mudado de sentido? (1996: 17).

Ou seja, será que o sistema de colônias não é somente mais um tipo de imperialismo? E este, por si só, não se mostra historicamente intrinsecamente almejado pelos Estados? Bobbio, como mostrado anteriormente, afirma que a colonização pode sim ser um tipo de

imperialismo. De qualquer forma, poderemos refletir melhor sobre isso ao longo deste trabalho, mas com base na história das relações entre Rússia, Geórgia e Ossetia do Sul e em uma resumida explanação do histórico do contato que estas três regiões tiveram uma com a outra ao longo do tempo.

Começando pela colonização russa, esta nada teve a ver com a colonização das outras potências ocidentais, de acordo com os russos. Desde o século XII, os moradores (que atualmente fazem parte da nação russa), de Novgorod e Suzdal já enviavam colonos para se instalarem mais adiante do rio Kama em busca de peles de animais, em associação com o povo fino-úgrico que lá ficava, os mordves. Estes, hoje tão numerosos quanto os estonianos, são a população não russa mais dispersa dentro do ex-império. Isso é sinal de total assimilação (FERRO, 1996: 69). A intenção não parecia prejudicial – adquirir matérias-primas por associação – mas ela pode mudar de forma a se tornar um empecilho à nação receptora da outra. Os objetivos de um povo podem mudar, e as circunstâncias dos territórios ocupados podem favorecer a permanência daquele em detrimento da independência e liberdade dos nativos desses territórios.

E o expansionismo russo foi prosseguindo. Em 1821 o czar promulgava um ucasse (édito ou decreto czarista) “para preservar aos navios russos o monopólio do comércio e da navegação na costa nordeste do Pacífico até o 51° de latitude norte”, ou seja, a Califórnia (FERRO, 1996: 115). Isso deixou os norte-americanos preocupados, fazendo-os lançarem a Doutrina Monroe, protegendo a América das forças européias, de acordo com Ferro:

Nossos continentes que conquistaram sua autonomia, sua independência, e pretendem mantê-la, não devem mais no futuro ser vistos como capazes de algum dia virarem colônias de uma potência européia qualquer (1996: 115).

Nesse momento, a Caucásia abriu-se, oportunamente, à potência russa, pelo fato de que o rei da Geórgia abdicou para que o czar tomasse controle das forças de seu território em prol de sua defesa contra os persas, muçulmanos (FERRO, 1996: 115). Como foi, aqui, dito anteriormente, os objetivos são mutáveis, inclusive os do Império Russo, e isso mostra-se verdadeiro quando este adquire (ou expõe) interesses coloniais quanto ao território georgiano.

Eis então que chegamos ao (conturbado) relacionamento entre Rússia e Geórgia. Será então exposta uma breve explanação da história colonial deste país até que cheguemos a esse contato inicial entre os dois países, o qual será o ponto de partida para que se possam expor aqui os acontecimentos que precederam o momento histórico base para o desenvolvimento lógico desta monografia: a Guerra Rússia - Geórgia.

De acordo com David A. Michedlishvili, a Geórgia (ou o território que anteriormente a formou) foi invadida e colonizada, consecutivamente, pelos gregos, romanos, árabes, turcos, mongóis e novamente pelos turcos, mas juntos aos persas, mostrando uma sucessão de influências na cultura local, sendo que nesta última invasão do povo persa, no final do século XVII, o rei dos georgianos fez pactos secretos com a Rússia para a expulsão dos invasores, iniciando uma relação que até hoje tem estreitas conseqüências para ambas as nações. Mostra-se um caso de intervenção militar russa, e isso foi o início de turbulências futuras. Nas palavras do historiador Michedlishvili:

O Shah (dos iranianos) teve que abandonar seu plano de extermínio do reino (georgiano). Uma inquieta paz estabeleceu-se na Geórgia oriental no início do século XVIII. Devido ao rei Vakhtang VI (1703-1724) e sua sábia política, o país (Geórgia) ‘voltou à estrada’ do progresso econômico, político e cultural. Mas suas tentativas de cooperar com a Rússia falharam, e a retribuição (sic) seguiu-se de uma vez.

Em janeiro de 1801, Paul I, o czar da época, assinou um manifesto que anexou a Geórgia oriental à Rússia, violando um Tratado feito na época do domínio muçulmano sobre a área daquele país. A Coroa foi transferida para St.Petersburgo e, embora regiões georgianas como Mingrelia, Guria, Abkhazia e Svaneti inicialmente tivessem uma certa autonomia, posteriormente o governo russo aboliu esses principados e seus territórios foram incluídos no sistema das gubernias russas, as unidades administrativas do Império Russo na época. Mas à partir daí, apesar de haver certos benefícios aos georgianos pela política colonial russa, como proteção contra constantes invasões, condições favoráveis para o crescimento populacional e o progresso econômico e redefinição dos ranks de nobreza, houve diversas adversidades contra eles, como a Russificação, que abrangeu cada aspecto da vida dos georgianos e promoveu a introdução da cultura e da educação russas na Geórgia, eliminando a originalidade cultural e a independência desta, nestes aspectos. Essa influência russa à sociedade georgiana mostra que uma intervenção humanitária de caráter militar pode ser bem perigosa à integridade do beneficiado.

Essa anexação da Geórgia pelo Império Russo durou de 1801 a 1991. Expostos à moderna idéia de nacionalismo européia, os georgianos, como o famoso escritor Ilya Chavchavadze, começaram a clamar pela sua maior independência. No ápice do colapso do governo czarista e Guerra contra os turcos, a primeira República da Geórgia foi estabelecida em 26 de maio de 1918, e o país desfrutou de um breve período de independência sob o controle de um presidente menchevique, Noe Zhordania. No entanto, em março de 1921, o

Exército Vermelho bolchevique reocupou o país, e este se tornou uma república da União Soviética. Vários dos mais notáveis líderes da U.R.S.S. dos anos de 1920 e 1930 eram georgianos, como Joseph Stalin, Sergo Orjonikidze e Lavrenti Beria.

Mais contemporaneamente, como explana Ferro, no período pós - II Guerra Mundial, a Geórgia foi percebida como uma das mais bem sucedidas repúblicas Soviéticas. Em 9 de abril de 1991, no entanto, o Conselho Supremo da República da Geórgia declarou independência da U.R.S.S. Antes, o desvinculo do centro de poder moscovita era apenas uma utopia, mas tornou-se realidade, e, em grande parte, por obra do Secretário Geral do Partido Comunista, Mikhail Gorbatchov. O autor afirma que

[...]na época de Brejnev, e depois de Andropov, e até mesmo de Chernenko, parecia a todos que a idéia de independência não passava de um sonho – expressão utilizada pelos baltas, no mesmo momento em que, com Gorbatchov, a liberalização do Estado soviético estava a caminho[...] (1996: 380).

Esse líder, como afirmou Ferro (1996: 381), tentando conter a onda nacionalista que se instalara na URSS, colocou tradicionalistas no poder, tentando melhor controlá-los, mas foram justamente estes que deram o golpe de Estado.

E nesse período que passa a atuar Boris Yeltsin, tentando fazer o papel de presidente da Rússia no lugar do Secretário-Geral do Partido Comunista da URSS, iniciando a descolonização e o conseqüente desaparecimento dessa junção de países, de acordo com Ferro (1996: 381). É o início de uma nova Era, em que as várias repúblicas socialistas dissociam-se dos russos, adquirindo independência, porém, maior instabilidade interna, visto que eram territórios submissos à Moscou e russificados nas mais profundas características, e que depois se tornam locais onde os povos, muitas vezes, possuem problemas de identidade. E esse é o

exemplo de uma *descolonização bem-sucedida*, como diz Ferro (1996: 385), em que os ex-colonizados mantêm-se dependentes do colono, por pura falta de recursos político-econômicos, mesmo após a dissolução da União, e assim, “certas repúblicas seguram ‘seus’ russos (sic), de forma a receberem ajuda de Moscou.” (1996: 385).

Em meio a essa confusão, renascem conflitos étnicos no Cáucaso, tão violentos quanto antes da era Russa e depois soviética, entre turco-azeris e armênios, georgianos e abkházios. Os russos voltam a ser os árbitros dos conflitos proximais, voltando-se a uma situação pré-colonial ao invés de pós-colonial, portanto (FERRO, 1996: 385-386). Aqui vamos ver a relação entre a Geórgia e a região separatista Ossétia do Sul, e como os russos entraram no conflito.

A Ossétia do Sul, que localiza-se no lado sul do Cáucaso, era um território integrante da Geórgia em função da anexação de ambas as regiões pelo Império Russo em 1801. Após a Revolução Russa e a Independência da Geórgia em 1918, este país quis manter sob seu domínio o território osseta, o qual tem cultura, língua e povo (em parte) diferentes dos que os georgianos possuem. Os sul-ossetas reivindicam sua independência da Geórgia há um bom tempo, desde pouco depois de sua integração a este país. Eis que os conflitos surgem e deixam graves resultados, com várias vidas perdidas, principalmente de ossetas, com a acusação por parte dos georgianos de que aqueles estavam ligados aos bolcheviques. Desde então, um período de relativa estabilidade e paz se desenvolve na Ossétia do Sul. Porém, essa realidade tenderia a mudar no futuro, e para pior.

A Ossétia do Sul, em mais uma tentativa de liberdade e autonomia plenas, declarou sua independência da Geórgia em 1990. O governo da Geórgia, então, respondeu de forma

violenta, tirando a autonomia daquele (atualmente) Estado-nação e tentando retomar seu território à força. Inicia-se, assim, em 1991, a Guerra da Ossétia do Sul, havendo o embate entre as forças militares da Geórgia e as milícias étnicas georgianas da Ossétia do Sul contra os ossetas do Sul. Famílias, escolas, hospitais, casas e bens civis foram destruídos em larga escala na Ossétia do Sul, que contava com um contingente militar bem menor que o do outro país. A guerra quase incessante mantém-se até o ano seguinte.

Em 1992, então, há o acordo de "cessar fogo", aceito pela Geórgia graças à ameaça russa de intervir no conflito. A imposição da paz por meio da força mostrou-se eficiente. A paz na Ossetia do Sul perdurou até meados de 2004, quando tensões entre os georgianos e os ossetas voltaram a surgir, dando início a conflitos que exigiram outro "cessar fogo" em agosto de 2004, apesar de denúncias de constantes violações deste acordo. Desde então, os olhos da Geórgia estão voltados para a Ossétia do Sul, afirmando que esta ainda estava sob seu domínio. Isso constituiu uma visível prática de imperialismo, o que torna possível a conclusão de que o Colonialismo pode sim ser um eufemismo para Imperialismo, em certos casos, tornando esta uma possível resposta à pergunta de Ferro, transcrita para o início deste capítulo. Terá a expressão “colonialismo” mudado de sentido? Em alguns casos, como esse, sim.

Em 2008 houve uma nova tentativa de retomada do território sul-osseta por parte da Geórgia, dando origem ao período que será prioritariamente e majoritariamente abordado nesta monografia: a Guerra da Ossétia do Sul de 2008 (também chamada **Guerra Rússia-Geórgia**), que durou de 7 a 17 de agosto desse ano, teoricamente. Neste novo conflito, diferente dos outros anteriores, houve uma nova e completa investida da Rússia, com envio

massivo de suas tropas ao território georgiano e, posteriormente, ao território osseta, para a defesa deste, sob a justificativa do humanitarismo.

Aqui, então, pela ajuda russa aos sul-ossetas, determina-se um caso deste tão polêmico ato de interferência de um Estado (ou Organização Internacional) na soberania de outro: a Intervenção Militar, o qual será discutido ao longo deste trabalho.

CAPÍTULO II

A GUERRA POR PARTE DA RÚSSIA

Humanitarismo não é uma ideologia pacifista como representada hoje no núcleo das agências humanitárias. A ideologia humanitária é preferivelmente baseada em uma ética de restrição a qual aceita o uso da força (embora lamentavelmente) e busca legitimar a violência dentro de certas normas e limites prescritos. (SLIM, 2001: 8).

Hugo Slim, aqui, expõe que, apesar de que muitas agências humanitárias, bem como indivíduos particulares, portanto, prefiram ignorar que a força, às vezes, é necessária para se controlar ou até eliminar a violência exacerbada, a realidade nos mostra que sim, a força pode ser aceita e útil para este fim. Assim, a intervenção humanitária (militar) é um meio de utilizar medidas de poder coercitivo para o alcance da paz. Foi o que a Rússia fez durante a Guerra Rússia-Geórgia. Porém, os objetivos intrínsecos daquela na investida militar para salvar alguns sul-ossetas dos abusos georgianos são discutíveis.

A idéia de intervenção militar recebeu maior atenção após a ascensão dos Estados Unidos como a grande superpotência mundial única após o fim da Guerra Fria, e queda da U.R.S.S., em 1991, eliminando-se a bipolarização do Mundo (KURTH, 2005: 88). Isso se deveu, em especial, às crises humanitárias da década, como a do Timor Leste, em 1999, e de Kosovo, Bósnia e Haiti, em todas as quais houve a atuação dos E.U.A. como eficaz interventor (KURTH, 2005: 88).

Quando seres humanos estão morrendo, sofrendo e sendo explorados, é natural que haja uma vontade moral de que algo seja feito para que tais acontecimentos cessem, principalmente se aqueles são pessoas inocentes. Mas não só há essa vontade, como, de acordo com algumas correntes, há a obrigação internacional de os Estados protegerem as pessoas que sofrem abusos de poder e violações de direitos humanos. Isso é exposto por Platiau e Vieira (2006), que dizem que

A intervenção preventiva tem sido defendida com razões humanitárias a partir do chamado "dever de proteger" (SLAUGHTER e FEINSTEIN, *in*: PLATIAU e VIEIRA, 2006). Segundo essa corrente, os Estados teriam a responsabilidade de proteger as populações que sofrem com a guerra civil ou com violações grave de direitos humanos.

Mesmo que interfira-se na soberania de outro país, para os grupos com essa opinião isso não importa. Se for por questões humanitárias, para salvar vidas de indivíduos sofrendores de arbitrariedades de outros Estados ou grupos de criminosos, é um dever dos Estados tomarem as devidas providências para tal. Isso é evidenciado por Platiau e Vieira, que dizem que para a *International Commission on Intervention and State Sovereignty*, apesar de essas providências interventoras irem contra os princípios da soberania e de não-intervenção nos assuntos internos estatais, os Estados têm a responsabilidade de proteger seus conterrâneos de catástrofes que podem ser evitadas, mas quando eles não querem ou não são capazes disso, tal responsabilidade recai sobre a comunidade de Estados (PLATIAU e VIEIRA, 2006). No caso da Ossétia do Sul, ela não era capaz de evitar a catástrofe, a qual foi invasão georgiana, por inferioridade bélica e estrutural em comparação à Geórgia.

Mas o que se entende sobre soberania? Nas palavras de Bobbio, o conceito político-jurídico de soberania, **em sentido lato** (veremos que existem outras essências, naturezas, atribuídas a ela), é “o poder de mando de última instância, numa sociedade política e,

conseqüentemente, a diferença entre esta e as demais associações humanas em cuja organização não se encontra este poder supremo, exclusivo e não derivado.” (1983: 1189). Mas os Estados cometem, algumas vezes, arbitrariedades prejudiciais à vida humana.

A diferença negativa de poder militar e de logística da Ossétia do Sul em comparação à Geórgia ficou evidente no documentário com filmagens ao vivo da guerra, do canal de notícias russo *ITV*. De acordo com o narrador dele, a Geórgia usou, na Ossétia do Sul, *Grad MRLS* (veículos armados com grandes mísseis de elevado poder destrutivo), morteiros pesados, *howitzers* (canhões sobre rodas ou esteiras, inclusive de veículos, como tanques de guerra) e bombas de fragmentação, matando vários cidadãos neste local e ferindo inúmeros outros, psicologicamente e fisicamente, o que indica que eles não se preocuparam com a população civil e que, inclusive, possam ter usado tais armas a propósito para uma limpeza étnica, eliminando indivíduos não-georgianos, como russos (90% da população sul-osseta), judeus, e outros. Várias casas foram destruídas, assim como propriedades em geral, tanto públicas como privadas. A população civil local foi reprimida de forma iníqua, injusta e desumana pelos soldados georgianos. Era uma repressão que necessitava ser interrompida.

A dignidade dos ossetas não só foi ameaçada como profundamente ferida. Os fragmentos dos armamentos disparados pela Geórgia espalharam-se por toda Tskhinvali, a capital da Ossétia do Sul, que ficou parcialmente devastada. Nem a religião foi poupada, e igrejas desabaram com o poder das explosões desenfreadas (como toda a investida georgiana foi, até a chegada dos russos). A Geórgia, como o próprio documentário disse, atacou os ossetas de uma forma desproporcional, e podemos dizer que até injusta, uma vez que o poderio bélico daquela é muito superior ao osseta. Os danos foram enormes, e percebe-se isso nas palavras dos cidadãos entrevistados nas filmagens, muitos tendo perdido familiares e

amigos durante toda a invasão da Geórgia. Muitos indivíduos ali clamavam pela chegada dos russos e seus SU-35 para frearem os ataques georgianos, considerando justa essa intervenção.

Todos os ataques dos georgianos e o embate entre estes e os ossetas do Sul resultaram em diversos feridos, e estes precisaram de estabelecimentos para que suas enfermidades fossem curadas. Mas os hospitais não foram poupados. Uma mulher, membro da equipe médica sul-osseta, chega a afirmar, vendo o hospital onde ela trabalha destruído quase em sua totalidade, que este foi atacado de propósito pelas forças armadas do país invasor, usando suas bombas de fragmentação indiscriminadamente, como é exposto no documentário. Soma-se a isso o fato de que os equipamentos médicos foram, também, destruídos em sua grande parte, o que dificulta o trabalho dos médicos e enfermeiros, que têm seu atendimento aos pacientes feridos de diversas formas, inclusive pelos fragmentos de granadas e bombas, prejudicado. Isso é mostrado de forma explícita no documentário da *ITV*.

A esperança de que um país estrangeiro tivesse uma atitude contrária à dos invasores, e ajudasse a população prejudicada pela invasão, ficou estampada na morte de um homem. Vadik Kubaev, um cidadão da Ossétia do Sul, escutou sons de tanques de guerra se aproximando de sua localidade. Acreditando serem tanques russos, foi em direção a eles, pois os estava esperando com ansiedade. Mas teve uma trágica surpresa: foi atingido na cabeça, no estômago e no coração, de acordo com uma idosa que chorava a sua morte enquanto o via enterrado e que provavelmente era sua esposa. Os tanques, que pareciam ser dos indivíduos que muitos sul-ossetas consideravam ser a salvação, ou seja, dos russos, na realidade, eram veículos georgianos. O documentário não deixa de transparecer algumas das tragédias dessa guerra, mesmo que não em sua totalidade (pois, como veremos, os russos também cometeram

adversidades aos Direitos Humanos), com pessoas não-combatentes das mais diversas idades, de crianças a idosas, sendo atacadas e prejudicadas pelos soldados da Geórgia.

De acordo com tal documentário da *ITV*, vários cidadãos sul-ossetas, aliados às forças militares da Ossétia do Sul, tornaram-se voluntários para atrasarem as tropas da Geórgia em seu avanço dentro daquele território, atacando-os com armamentos para que as forças militares russas pudessem chegar em tempo. Mas como dito pelo narrador, essas pessoas não tiveram condições de enfrentar em igualdade as forças armadas georgianas. Enquanto estas abriram fogo com tanques, aviões e armamentos pesados, aquelas, incluindo as tropas de pacificação, possuíam somente armamentos leves e alguns carros armados a seu dispor. Vemos, assim, nas filmagens, civis tornando-se combatentes, inexperientes tendo que combater contra bem treinados.

Um detalhe de grande importância e que foi dito e mostrado durante a narração das filmagens do canal *ITV*: depois de tanta resistência sul-osseta, as munições dos voluntários estava acabando, bem como do exército local e das tropas pacificadoras. Se formos pensar mais a fundo, vemos que isso foi de grande periculosidade para os cidadãos, tanto civis como militares, da Ossétia do Sul, uma vez que o poderio militar da Geórgia ainda avançava com tanques de guerra, caças e muita munição. Só restou à população fugir enquanto podia. E vemos que aqui se mostra, de forma repetida, a necessidade de um socorro, uma intervenção, para que tal desproporção seja eliminada, para que tal injustiça seja combatida. E nisso os russos puderam ajudar (mas com que atitudes, adequadas ou não, é o que veremos no próximo capítulo), impedindo os georgianos de continuarem com tais investidas injustificadas.

Os russos finalmente chegaram, com o 58º batalhão, afugentando os militares georgianos e sendo recebidos de braços abertos por cidadãos sul-ossetas, que acenam para eles, como mostrado no vídeo. E os bombardeios da Geórgia foram cessados em grande parte, podendo-se ver neste que a cidade encontra-se calma perto do que antes estava. Mesmo assim uma mulher, abraçada a uma criança, não entendia por que os georgianos atacaram seu povo, dizendo que este sempre foi pacífico e que fez nenhum mal àqueles. Nas palavras dela: “Eles estão nos exterminando!”.

Basicamente, de acordo com James Kurth (2005: 89), o ódio étnico de uma sociedade sobre a outra é uma característica crucial para que os genocídios ou massacres aconteçam, mas não é uma condição suficiente para tal. Quando alguém adiciona ao ódio uma organização estatal que pode direcioná-lo, bem como planejar, ordenar e executar ações baseadas nele, então esse alguém tem condições suficientes para realizar o massacre ou genocídio. Assim estava agindo a Geórgia e seu presidente Saakashvili sobre a Ossétia do Sul e Abkházia, utilizando-se de suas tropas e seus recursos nacionais para invadir estes territórios com um objetivo de extermínio de pessoas das populações locais. Se por trás de tal atitude há outros objetivos além dos político-ideológicos e territoriais, somente podemos especular, mas com probabilidade de estarmos certos.

O massacre e a injustiça cometidos sobre a Ossétia do Sul não foram feitos por pequenos grupos para-militares sobre os indivíduos daquelas áreas e, sim, por um Estado organizado e soberano, com um exército bem mais poderoso economicamente e militarmente do que o da Ossétia do Sul. Sendo assim, somente outro Estado soberano ou uma Organização Internacional é capaz de eliminar essa atitude desumana. E é justamente isso que Kurth nos afirma:

Se os massacres ou genocídios são realmente produto do exército de um Estado ou para-Estado, então será necessário outro exército, de fora, para derrotá-lo e então frear a matança. Uma vez que as organizações assassinas forem destruídas pelas forças interventoras, uma paz em algum aspecto pode ser estabelecida. A questão central então se torna: quem pode prover e proverá a força militar externa? Ambos o “poder” (capacidade militar) e o “querer” (vontade política) são essenciais. Uma intervenção militar, portanto, requer tanto uma autoridade política, para decidir sobre e autorizar isso, quanto uma força militar, para executá-la (2005: 89).

Assim sendo, o descrito acima como solução às ameaças às vidas civis foi o que a Rússia fez: uma interrupção dos atos iníquos da Geórgia sobre os sul-ossetas com bases políticas e militares russas. Se isso foi o mais adequado para interromper tais atitudes georgianas ou o mais humanitariamente correto, não poderemos nunca saber. Afinal, como dizem os pós-positivistas, o ser humano é, muitas vezes, imprevisível, e não saberíamos quando os massacres cessariam. Mas, em todo o caso, o humanitarismo de intervenções como a da Rússia sempre foi questionado.

É importante determinar que o termo **humanitarismo** exige a legalidade dentro de um conflito armado. Primeiro, vamos entendê-lo melhor: “No contexto de conflitos armados, 'Humanitarismo' engloba uma série de atividades práticas e princípios legais que visam impedir ou limitar a violência de acordo com as normas do Direito Internacional Humanitário, Direito dos Refugiados e Direitos Humanos” (SLIM, 2001: 3-4). Visa proteger as vidas e a dignidade dos não-combatentes durante os conflitos armados, como civis, refugiados e outros *hors de combat*, e assegurar que os líderes nacionais e os combatentes respeitem tais normas. O humanitarismo é livre para atingir seus objetivos, dentro das leis, e tem como um dos princípios a imparcialidade, a neutralidade, não favorecendo um ou outro lado na guerra (SLIM, 2001: 3-4). Portanto, os meios para se alcançar a paz não podem ser ilimitados e ilegais, muito menos cruéis.

De acordo com a definição dos limites de algo que vem a ser humanitário, poderemos refletir se essas limitações foram ou não respeitadas pelos russos, analisando a contraparte georgiana e seus prejuízos no próximo capítulo, mesmo que a paz tenha sido alcançada na Ossétia do Sul e na Abkházia. É aí que entra a questão da legitimidade de uma atitude que tem como objetivo alcançar a paz por meio da guerra.

A intervenção humanitária, nas palavras de Zalaquett (2002: 9), refere-se apropriadamente a uma situação em que um Estado ou grupo de Estados entram à força no território de outro Estado em resposta a violações de larga-escala aos direitos humanos ou a crimes de guerra que lá estão ocorrendo. Porém, há o requisito de proporcionalidade do *jus ad bellum*, que "exige uma aproximação moral consequente: os custos e os benefícios da intervenção pretendida devem ser medidos. Uma intervenção da qual se espera causar maiores danos do que o mal que ela está confrontando, não é legitimada" (ZALAQUETT, 2002: 9).

Assim sendo, tais Estados podem agir sem a aprovação internacional ou com sanção oficial internacional de uma organização multilateral, como a ONU (SLIM, 2001: 5). Mesmo que os Estados ajam com sanção da ONU, estarão sendo ilegais, pois "[...]deve-se reconhecer que a intervenção humanitária, a qual não é autorizada pelo Conselho de Segurança, com base no Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, tem, na melhor das hipóteses, ténue suporte na lei internacional" (ZALAQUETT, 2002: 4). Mas mesmo quebrando-se o princípio da soberania e não-intervenção estatal, como dito anteriormente, o uso da invasão militar para salvar seres humanos de violações graves contra sua dignidade e suas vidas é um caso específico ao qual a Organização das Nações Unidas pode aderir.

Pela definição de Zalaquett, as ações russas contra a Geórgia, mesmo não sendo legais, podem, então, ser legítimas. Afinal, o salvamento de vidas humanas ameaçadas é mais importante do que os equipamentos e infra-estrutura que foram destruídos pela Rússia no território georgiano, fato que veremos no próximo capítulo. Então, supondo que a intervenção russa tenha sido realmente legítima, ela não foi de encontro à definição contemporânea internacionalmente aceita, também legítima (e mais ainda, legal), de soberania? Sim, foi, e isso nos mostra que, sendo a intervenção militar algo que venha a ser legítimo, precisa-se modificar, portanto, o conceito atual do que vem a ser um Estado soberano. Todos sabemos que governos cometem arbitrariedades contra a dignidade e a garantia de vida de indivíduos, e isso deve ser regulado. Para isso, deve-se reconfigurar a ordem mundial vigente.

Como afirma Nogueira quanto à reconfiguração da ordem mundial,

[...]a redistribuição de poder que está em seu cerne e que, para autores neo-realistas, é a variável mais importante de mudança, implica uma reorganização do espaço territorial, uma reconfiguração geopolítica. No ápice do sistema Westphaliano, isto implica não só uma multiplicação de Estados nacionais mas, principalmente, a consolidação da soberania territorial a partir da defesa coletiva da regra da não-intervenção como condição de sobrevivência e continuidade dos Estados e, conseqüentemente, do padrão de reprodução do sistema internacional (2000).

Ou seja, teria então que ser feita uma reforma nas estruturas internacionais responsáveis pela manutenção da ordem com base no conceito **pós-Westphalia** de soberania. Em relação a isso, John H. Jackson é um dos que defendem a reformulação do que vem a ser um Estado soberano. Com um argumento bastante esclarecedor sobre a necessidade de não se considerar um país como totalmente livre para agir de acordo com suas vontades, responsabilizando-o pelas suas ações, assim, somente após elas terem sido cometidas e terem causado estragos irreparáveis, ele afirma o seguinte:

Em larga escala, eu vejo a “antiquada” definição de “soberania” que deveria ser “relegada” como algo como a noção do poder supremo de um Estado-nação e sua autoridade sobre seus indivíduos e seu território, livre de qualquer lei ou regra (exceto, talvez, parâmetros éticos e religiosos) a não ser que aquele Estado-nação consinta de um modo individual e significativo. Isso poderia ser caracterizado como se o poder do Estado-nação (incorporado no Príncipe?) pudesse violar virgens, cortar cabeças, arbitrariamente confiscar propriedades, e todos os tipos de outras ações excessivas e inapropriadas. Nenhuma pessoa sensível concordaria com a existência de tal versão antiquada de Soberania, pelo menos, nos dias de hoje (1997: 3).

O princípio de soberania é contraditório em relação ao sistema internacional contemporâneo. É em seu atual conceito, tão importante e usado convenientemente por todos ou quase todos os países, que justamente está a contradição que vai de encontro a várias atitudes estatais, diminuindo o valor de seu próprio significado. Um exemplo dessa contrariedade entre teoria e prática é a adoção de Tratados internacionais pelos Estados. Quanto a isso, Jackson afirma que

defensores da política e representantes políticos argumentam que seus governos deveriam deixar de aceitar Tratados porque isso tira a soberania da nação mesmo com o consentimento desta. De fato, neste sentido todos os Tratados “tiram a soberania”, e então o argumento de alguns parece negar a validade da aceitação de qualquer Tratado. Vamos de fato “banir” ou abolir esse uso da palavra com a letra “S” (1997: 3).

Essa necessidade de redefinição do princípio em questão é algo que o próprio ex-Secretário Geral da ONU, Koffi Anan, admitiu, explanando que

‘uma nova e mais ampla definição do interesse nacional é necessária no novo século, de maneira a induzir os Estados a alcançar uma maior unidade na busca de objetivos e valores comuns.’ (ANNAN, 1999, *in*: NOGUEIRA, 2000). Annan parece estar se referindo às dificuldades de chegar a um consenso no Conselho de Segurança sobre a necessidade agir em defesa de certos valores fundamentais caso uma concepção eminentemente *estatista* da soberania e do interesse nacional prevaleça. Trata-se de uma defesa do marco institucional da ONU como o lugar onde a decisão de intervir deve ter lugar, bem como de uma crítica à própria natureza do Conselho e de sua

missão diante das mudanças nas relações internacionais nos últimos dez anos. O problema, como lembra Annan, é o que é o interesse (ou o bem) comum e quem o define? (NOGUEIRA, 2000).

Ou seja, deve-se reformular o significado do princípio da soberania para que a intervenção humanitária seja feita de forma não só legítima, mas também legal. Como diz Eiiti Sato, "o Estado moderno tem na soberania um de seus princípios fundantes e o estabelecimento de uma ordem capaz de acomodar esse princípio com as noções de justiça e de equidade tem sido um desafio para estadistas e pensadores nos últimos quatro séculos" (2003). E isso não é um trabalho fácil tendo em vista as centenas de anos em que o Mundo vive essa realidade estatocêntrica, privilegiando os Estados sem ter a devida preocupação com os direitos individuais de suas populações e, de forma prioritária, do ser humano em geral. Tanto é assim que somente em 1948 surge a Declaração Universal dos Direitos Humanos. A mudança no sentido do que vem a ser uma **nação soberana** deve ser gradual e cuidadosa.

Mudando-se esse sentido para um viés mais humanitário (em seu verdadeiro sentido, sem interesses egoístas que poluem seu significado) evita-se que opiniões hobbesianas estatocêntricas e inconseqüentes, como podemos ver a seguir, possam aflorar e ter espaço nas políticas nacionais e internacionais. Hobbes via no estado de guerra uma oportunidade de o soberano defender os interesses de seu povo:

Segundo meu relato, os problemas do estado de natureza surgem, para Hobbes, na *esfera dos direitos*: o estado de guerra é a consequência da implementação por todos do seu direito de autopreservação. Assim, uma vez estabelecido um soberano para coordenar o exercício desses direitos, ninguém tem o direito de desertar a não ser que fique incontrovertidamente claro que a sua preservação está em perigo caso respeite o contrato (TUCK, 2001: 134).

Isso dá espaço a práticas desumanas em nome de valores e ideologias particulares. Assim foi para a Geórgia, que via a Ossétia do Sul como parte de seu território e que,

portanto, para beneficiar o seu povo com poder e manter sua visão territorial pós-União Soviética, matou diversos ossetas, que possuíam menor poder bélico, para atingir seus interesses. Vidas humanas em troca de ideais étnicos e políticos. Quem sabe então, com a redefinição do que vem a ser soberania (em seu sentido Westphaliano) e com a legalização da intervenção militar realmente humanitária, possamos ter um Mundo mais pacífico?

Com uma regularização, e suas devidas sanções, e uma maior legitimação de tal atitude relativa ao humanitarismo, talvez se possa evitar que os objetivos intrínsecos e arbitrários, portanto egoístas, de alguns Estados, possam prejudicar seus indivíduos e outras nações, mesmo que estes sejam os errados na situação. Dessa maneira, o caráter do intervencionismo poderia mudar para melhor, algo mais controlado e organizado, evitando que ele seja como ele é atualmente, algo dependente apenas da iniciativa particular e generosa (ou interesseira) de um Estado. Para Parekh, por exemplo,

no paradigma estatista, a intervenção humanitária representa, necessariamente, um ato de generosidade gratuita, originado por um misto de desprezo e piedade pelo país que sofre a intervenção, alimentado por um ressentimento pelos sacrifícios que a chantagem moral o obriga a fazer, e circunstanciado pela crença de que a vida, a terra e os recursos do país onde se está intervindo têm um valor muito menor do que os do país interventor, e podem ser descartados em função dos interesses deste último. A intervenção humanitária, portanto, não pode ser facilmente combinada com o paradigma estatista (Parekh, 1997: 58, *in*: NOGUEIRA, 2000).

É uma visão realista quanto aos interesses estatais, de um tom hobbesiano de interesse próprio. De certa forma pode até ser verdade, visto que há hipóteses de que certos Estados intervêm somente quando há interesses particulares por trás de sua atitude. Assim, isso se aplicaria à hipótese de que a Rússia atacou a Geórgia em grande parte pelo interesse desta em fazer parte da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Mas com aquelas reformas referidas anteriormente, talvez essa visão de Parekh (e de muitos outros, como das

peessoas que fizeram hipóteses em relação às verdadeiras intenções da Rússia na invasão à Geórgia e defesa dos sul-ossetas e da Abkházia) venha a não ser mais tão aplicável na realidade quanto é atualmente. Nogueira, então, dá uma resposta a esta passagem de Parekh:

Mas a posição de Parekh cria restrições excessivas à prática da intervenção humanitária no pós-Guerra Fria. Mesmo um autor parcimonioso e realista como Walzer argumenta que ainda que considerações de auto-interesse sejam sempre, ou quase sempre, prioritárias nas decisões de intervir, em casos em que as motivações são *mixed* a intervenção será humanitária se houver benefícios humanitários. Nesse sentido, posições como a de Annan e, por exemplo, Habermas, abrem espaço para uma argumentação em favor da legitimidade de ações não autorizadas pelo Conselho, em casos extremos como Ruanda e Kosovo, dada a lacuna criada entre legitimidade e efetividade em função da "subinstitucionalização" dos mecanismos de proteção dos direitos humanos no âmbito da Carta da ONU (Habermas, 1999; ver também Hurrell, 1999) (NOGUEIRA, 2000).

Assim, para Nogueira, a intervenção da Rússia no conflito (ou, talvez, massacre) entre a Geórgia e a Ossétia do Sul (além da Abkházia), apesar de ter sido, de certa forma, abusiva e provavelmente tendenciosa, seria sim humanitária. De fato, alcançou-se a salvação de diversas vidas inocentes por meio da ajuda russa nessa guerra. Mas o cessar-fogo em relação a esses territórios foi temporário, como em anos anteriores, ou permanente? Kurth afirma que “se ódios étnicos são realmente duradouros e amplos, nenhuma intervenção externa pode chegar às raízes do conflito. Com a inevitável partida eventual das forças interventoras, o conflito tende a voltar, talvez até realizando a escala de massacres e genocídio novamente” (2005: 89). Não se sabe se isso acontecerá, mas com o aperfeiçoamento da prática da intervenção humanitária, impondo-se regras e sanções bem estruturadas a ela, como explanado há pouco, é provável que se possa aumentar a duração da paz alcançada. Além disso, seria possível também que essa ajuda russa pudesse ter sido feita de forma até mais eficaz e legítima, com menor possibilidade de ter sido tendenciosa.

Essa possibilidade de a intervenção ter sido feita com uma tendência particularista, com finalidades unilaterais, poderá ser hipotetizada em relação às ações da Rússia no território da Geórgia, como veremos a seguir.

CAPÍTULO III

A GUERRA POR PARTE DA GEÓRGIA

Que a investida militar russa surtiu efeitos positivos, como a interrupção das ações prejudiciais de limpeza étnica georgianas contra os sul-ossetas, todos nós sabemos. Porém, quais foram os custos dessa ajuda da Rússia à Ossétia do Sul? Independente do nível das consequências que teve, este apoio foi realmente justo e compensatório? E se ainda assim tiver justificado os prejuízos humanos e materiais, o objetivo russo foi somente ajudar os sul-ossetas? Veremos, aqui, relatos oficiais e fatos sobre a Guerra Rússia-Geórgia que poderão nos permitir criar possíveis respostas a essas perguntas, bem como a outras que poderão vir a surgir.

Em um relatório feito pelo Instituto para a Ásia Central e o Cáucaso, Cornel *et al.* afirma que o “Human Rights Watch reportou que a Rússia usou *cluster bombs* nos ataques a Gori e Kareli em 12 de agosto de 2008, as quais mataram 11 civis. Outros civis afirmaram que casas e propriedades continuavam a ser destruídas nas investidas russas em Gori, Kutaisi, Poti e Khashuri.” (2008: 21). As Convenções de Genebra, criadas em 1949, já planejavam proibir a utilização de munições *cluster* (de fragmentação) em conflitos quaisquer, por serem armas de baixo controle destrutivo e muito cruéis, atingindo também regiões e seres vivos adjacentes ao alvo, e não somente este, espalhando pelo território explosivos que ficam adormecidos, prontos para serem detonados a qualquer momento. Mesmo com a Convenção sobre Munições *Cluster* - a qual proíbe seu uso, sua armazenagem, sua produção e sua transferência

- tendo entrado em vigor somente no dia 1º de agosto de 2010 (portanto, passando a fazer parte do *jus in bello*, ou seja, das regras que regem o que pode e o que não pode ser utilizado e feito durante as guerras, somente depois da guerra Rússia-Geórgia ter acabado), a utilização dessas armas claramente não visa evitar prejuízos a civis e a propriedades que nada têm a ver com o conflito entre as nações em questão. Isso mostra uma despreocupação da Rússia com os Direitos Humanos, expondo que os meios utilizados pelos russos para ajudar os sul-ossetas não foram adequados e que não justificaram os fins daqueles.

A violência desequilibrada gera injustiças e faz o Estado salvador tornar-se, também, vilão, fazendo-o, assim, perder a razão. Em *O Direito da Paz e da Guerra*, de Hugo Grotius, ele diz que a violência deve ser equilibrada, havendo a possibilidade de auto-preservação sem prejudicar o outro - a não ser quando está em jogo a própria auto-preservação -, o contrário do que fazem alguns Estados ou grupos armados. Ele diz que, com violência de menos, os mais fortes dominariam os que não reagem. Com violência demais, seria impossível conviver-se (TUCK, 2001: 71). E isso, de fato, tem uma aplicação na realidade descrita neste trabalho, uma vez que a Geórgia aproveitou-se da superioridade de seu poderio militar e de seu maior contingente iniciais em comparação aos da Ossétia do Sul para invadi-la em agosto de 2008. Se não houvesse a possibilidade dos ossetas se defenderem com a ajuda de outros Estados, provavelmente haveriam mais atrocidades contra civis e militares sul-ossetas, que queriam independência daquele território. Porém, tem aplicação no caso do ataque russo à Gori também, pois a Rússia agiu de forma semelhante com a Geórgia, atacando esta desproporcionalmente à capacidade georgiana de defesa e auto-preservação.

Proporcional ou não, temos que analisar também os motivos por detrás dessa intervenção militar russa. Porém, quanto a isso, infelizmente podemos apenas criar hipóteses.

Há a teoria de que tal apoio russo à Ossétia do Sul contra a Geórgia foi, em grande parte, motivado pela intenção desta em fazer parte da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), a qual é liderada pelos Estados Unidos, o maior rival da Rússia na época da Guerra Fria. Essa intenção foi anunciada, por exemplo, pelo jornal NY Times (07 de agosto de 2008), o qual afirmou que Saakashvili não havia desistido do seu objetivo de longa data de ingressar na OTAN, e que esta prometeu que isso seria eventualmente aceito, mas também que Medvedev argumentou que tal ingresso poderia ameaçar a segurança da Rússia. A indignação russa quanto à vontade georgiana em fazer parte da referida organização internacional ficou também evidenciada no discurso do dia 06 de junho de 2008 do presidente Dmitri A. Medvedev, em que ele alertou o presidente da Geórgia, Mikheil Saakashvili, de que a junção deste país à OTAN poderia aprofundar o conflito entre os ex-Estados soviéticos (NY Times, 7 de junho de 2008).

O Embaixador da Rússia na Alemanha, Vladimir V. Kotenev, expôs alguns motivos para tal falta de aceitação de seu país quanto à entrada georgiana na Organização:

Os EUA e a OTAN também investiram maciçamente no projeto especial Geórgia, nos moldes do programa “armar e instruir”, sem que esta ainda fosse um membro da aliança. Em cinco anos, o orçamento militar desse país pobre cresceu 30 vezes. E isso apesar de ser governado por um provocador imprevisível, que nem mesmo seus adeptos conseguem trazer à razão. A Rússia advertiu várias vezes que o armamento da Geórgia de Saakashvili levaria a uma escalada da violência no Cáucaso – uma região muito mais explosiva que os Bálcãs. Em vão. A agressão do regime de Saakashvili contra a Ossétia do Sul, as atrocidades dos soldados georgianos e o pérfido assassinato de russos que compunham a missão de paz provaram que infelizmente tínhamos razão. Agora, a Polônia decidiu permitir não apenas a instalação de um escudo antimísseis, como o estacionamento de toda uma base militar americana em seu território – apesar de nos terem prometido algo totalmente diferente na época da reunificação alemã e da primeira ampliação da OTAN em direção ao leste. E tudo com tal pressa que a Casa Branca nem conseguiu preparar a tempo um comunicado de imprensa. Isso

diz muita coisa sobre a maneira como decisões são tomadas nesta aliança, quando dois governos decidem arbitrariamente sobre a segurança de todos os cidadãos da União Européia. Sob tais circunstâncias, seria um erro fatal para a aliança admitir um parceiro cujos líderes estão dispostos a expor a Europa a um conflito armado e não vacilam diante de um genocídio (Deutsche Welle, 23 de agosto de 2008).

Diante disso, vemos que a Rússia quis veementemente interferir nas relações internacionais da Geórgia, atentando à sua soberania e se mostrando, também, ameaçadora a este país. Porém, de certa forma, o embaixador russo estava correto. O armamento dos georgianos pelos EUA potencializou os danos gerados por aqueles à Ossétia do Sul e à Abkházia. Mas havia como ter certeza de que isso fosse acontecer? Não. Portanto, teriam os russos o direito de ameaçar a Geórgia quanto à sua aliança com os EUA e com a OTAN? Isso é direito daquele país, afinal, ele é um Estado-nação e tem autonomia para formar a aliança que quiser.

Quanto a esse posicionamento russo de interferência intraestatal, o Embaixador da República Democrática da Geórgia na Alemanha, Levan Duchidze, fez o seguinte discurso:

A rejeição da admissão da Geórgia por parte da Federação Russa não tem nada a ver com nossa política. O secretário-geral da aliança, assim como a chanceler federal alemã, Angela Merkel, deixou bem claro, diversas vezes, que a Rússia não tem poder de veto. Não é nenhum segredo que a Rússia não aprecia a perspectiva de a Geórgia ser admitida na OTAN e não a influenciará positivamente. Mas assim é a vida: às vezes, não se pode impedir que as coisas aconteçam, por pior que as achemos. É assim com o ingresso da Geórgia na OTAN. A Rússia terá que aprender a lidar com fatos que, seja qual for o motivo, considera negativos. Com base nos acontecimentos das últimas semanas, pode-se discutir longamente o que foi que provocou a eclosão do conflito. Certamente há vários motivos a serem citados. Um deles é a intenção da Geórgia de fazer parte da OTAN. Com sua agressão, a Federação Russa tentou, por um lado, punir a Geórgia e, por outro, enviar sinais claros a todos os outros Estados da região e aos da ex-União Soviética: quem ousar seguir uma política externa soberana ou tomar uma decisão soberana sobre a participação nesta ou naquela aliança sofrerá o

mesmo que sofreu a Geórgia. Neutralizar esta mensagem e enviar uma outra, advertindo que qualquer Estado tem o direito de seguir uma política externa autônoma e soberana e decidir ele próprio de que aliança fará parte, é a resposta à mensagem agressiva da Federação Russa, que na verdade não deveria ter lugar em pleno século 21 (Deutsche Welle, 23 de agosto de 2008).

O próprio embaixador georgiano é adepto dessa hipótese de que um dos motivos para a eclosão da guerra russa contra a Geórgia foi a forte intenção deste país em se aliar à OTAN. Como ele mesmo disse, esse conflito foi uma forma de a Rússia não só mostrar seu descontentamento quanto ao exposto por aquele país e puni-lo, como também usar o poderio militar empregado na intervenção humanitária como demonstração de poder e ameaça às outras ex-Repúblicas soviéticas, caso elas também tenha intenções semelhantes às georgianas.

Resumindo, a Rússia quer manter o controle e a influência que possui na região, e o que foi mostrado aqui é um grande sinal de que a simples ajuda humanitária não foi o único objetivo russo nesse apoio à Ossétia do Sul. Por isso Hugo Slim, em seu artigo *Military Intervention to Protect Human Rights: The Humanitarian Agency Perspective*, diz que o problema está, também, quando usa-se o termo "intervenção humanitária" como adjetivo para justificar uma investida militar injusta e abusiva. Foi o caso dos bombardeios de Kosovo e da Sérvia pela OTAN em 1999, em que esta usou o termo "guerra humanitária" (SLIM, 2001: 6). Esse abuso e essa injustiça dos quais Slim fala podem muito bem ser aplicados às ações da Rússia em relação à Geórgia.

Seguindo-se esse caminho, vamos evidenciar, à partir daqui, o que foi dito acima em relação a tais injustiças. O relatório do Instituto para a Ásia Central e o Cáucaso sobre a Guerra Rússia-Geórgia listou diversos meios abusivos que os russos utilizaram para alcançar seus objetivos, humanitários ou não. Por exemplo, aviões Turcos e Ucranianos, requisitados

pela Geórgia para ajudá-la a eliminar os incêndios de florestas em Borjomi e Kaspi, tiveram sua entrada neste país negada pelas forças militares russas (CORNEL *et al.*, 2008: 21). Isso indica logicamente que a Rússia não se preocupou com danos ao meio-ambiente e à infraestrutura georgiana, atitude completamente desnecessária e injustificada por parte deste país para o alcance de seus objetivos. O mesmo relatório seguiu uma ordem cronológica dos acontecimentos na guerra e seus respectivos abusos. Seguiremos tal ordem.

Em 21 de agosto de 2008, oficiais da Geórgia disseram que forças militares russas estavam destruindo a infra-estrutura militar e os depósitos de munição georgianos na área de Gori, onde foram reportadas explosões. Porém, foi anunciado que os militares russos iriam retirar-se para as chamadas “zonas de responsabilidade dos pacificadores russos” em 22 de agosto do mesmo ano, e, de acordo com o Ministro das Relações Exteriores da França, Bernard Kouchner, certas tropas já estavam se mobilizando na Ossétia do Sul, indicando que a Rússia já estava iniciando a retirada de suas forças (CORNEL *et al.*, 2008: 23). Mas tal recuo militar dos russos não foi feito tão rapidamente, como prometido por eles, não enquanto mais prejuízo e destruição à Geórgia fosse alcançado, como veremos posteriormente.

Nos dias 25-26 de agosto de 2008, o presidente Medvedev expressa sua intenção de reconhecer os territórios da Abkházia e da Ossétia do Sul como independentes sob pedido do Senado russo (CORNEL *et al.*, 2008: 24). Coincidência, visto a situação conturbada pela qual a região passava, uma vez que isso pode facilmente ser entendido como provocação à Geórgia, por parte da Rússia, e ampliação da influência desta na região com o fortalecimento de sua imagem pacificadora e libertadora.

Adicionalmente à hipótese da punição russa à tentativa dos georgianos de se unirem à OTAN, há a de que a Guerra Rússia-Geórgia foi premeditada pelos russos desde abril de 2008, ou seja, antes mesmo do ataque georgiano à Ossétia do Sul iniciado em agosto de 2008. Isso foi relatado pelo Instituto para a Ásia Central e o Cáucaso, enumerando-se os argumentos que levaram a tal dedução, como mostrado à seguir:

Enquanto que a Rússia solicitou retratar a invasão da Geórgia como uma resposta legítima à investida de Tbilisi em Tskhinvali na noite de agosto de 2008, um conclusivo corpo de evidências sugere que Moscou teria planejado uma guerra na Geórgia desde abril de 2008. Essa conclusão nasce de diversos fatores:

- A escalção de tensões por Moscou com o decreto de Putin de 16 de abril;
- A subsequente introdução de para-tropas e equipamentos pesados na Abkházia;
- A introdução de tropas de ferrovia para reconstruir a ferrovia para Ochamchira (uma cidade costeira da Abkházia, localizada ao lado do Mar Negro), a qual serviu a nenhum outro propósito a não ser facilitar a posterior transferência de tropas da Rússia à Geórgia;
- A previsão de diversos analistas durante a primavera de que haveria uma guerra no verão;
- A junção massiva de forças militares e de *hardware* (russos) próxima às fronteiras da Geórgia (assim como no distrito de Java da Ossétia do Sul), e os exercícios militares Kavkaz-2008, os quais prefiguraram a subsequente invasão;
- O aumento dos ataques pelas forças da Ossétia do Sul controladas pela Rússia à postos e vilas da Geórgia de 1 a 6 de agosto, os quais as forças de paz russas nada fizeram para parar;
- O movimento de blindados russos através ou no final do túnel Roki (um túnel que atravessa as Montanhas do Cáucaso Maior, sendo o único caminho que liga a Federação Rússia à Ossétia do Sul) **antes** dos georgianos entrarem em Tskhinvali;
- A abertura de uma segunda frente na Abkházia sem provocação alguma ou pretexto qualquer (que a justificassem);
- A rápida aplicação de coordenados ataques terrestres, navais e aéreos dentro de horas após a entrada da Geórgia em Tskhinvali, a qual não poderia ter sido feita sem um planejamento longo e meticuloso – especialmente o desembarque de vários milhares de tropas e blindados pelo oceano na Abkházia;
- O reconhecimento político da independência da Abkházia e da Ossétia do Sul, enquanto manteve firme controle militar e político sobre esses territórios e sua liderança; (CORNEL *et al.*, 2008: 25-26).

A guerra realmente pareceu premeditada pela Rússia, e esses argumentos permitem que isso seja bem provável. Mas, infelizmente, não se pode ter certeza disso. Assim, as causas humanitárias da Rússia para causarem a guerra parecem tornar-se cada vez mais distantes frente a outros objetivos paralelos que foram hipotetizados neste trabalho, e os fins políticos, ideológicos e econômicos começam a se destacar, também, da intenção de se ajudar civis e inocentes. Como é afirmado por Cornel *et al.*, só que de forma mais radical, “não há dúvida, portanto, de que a invasão russa foi premeditada. Assim, é altamente provável que qualquer pretexto – real ou forjado – teria sido usado como racional para intervir” (2008: 26). A partir disso, ele conclui, com bastante base para isso, que

a invasão russa não foi, então, uma resposta à situação na Ossétia do Sul, mas um movimento estratégico que ultrapassa a Ossétia do Sul. De fato, como subseqüentes declarações russas confirmaram, a agressão russa parece ter sido feita para punir a Geórgia pela sua política externa pró-Occidente, e para alcançar a queda do governo georgiano (2008: 26).

Então, vemos que aqui foram surgindo outros fatores determinantes para os russos, talvez mais até do que a boa causa humanitária, para que pudesse ser causada essa guerra entre eles e os georgianos. São outras possíveis causas para esse embate. Há motivos suficientes para que se possa criar tais suposições, com grande probabilidade de estas estarem certas. As evidências, as atitudes dos russos, não negam os argumentos que foram expostos contra as suas ações em relação à Geórgia e ao abuso desta contra os ossetas do sul. Mais possíveis provas das intenções egoístas da Rússia vão surgindo, como se pode ver a seguir, no texto do relatório produzido pelo Instituto para a Ásia Central e o Cáucaso:

Independente de como a guerra começou, a resposta da Rússia careceu de qualquer proporção para os objetivos e a *rationale* declarados – e indicou que a guerra foi somente ostensivamente sobre a Ossétia do Sul.

- Moscou imediatamente engajou no bombardeamento de alvos econômicos e militares no território da Geórgia;

- Um massivo *cyber*-ataque seguiu-se em sites de internet oficiais e não-governamentais georgianos;
- A Rússia ocupou e subsequentemente se recusou a retirar-se de cidades-chave bem fora da zona de conflito, as quais não estavam inclusas em quaisquer “medidas de segurança” aprovadas pelo acordo de cessar-fogo, mais notavelmente Poti;
- A Rússia reforçou o bloqueio à costa georgiana do Mar Negro, seguindo ao bombardeio da ponte ferroviária ligando o leste e o oeste da Geórgia, e fazendo mais movimentos para ameaçar efetivamente o Estado e a viabilidade da economia georgianos; (Cornel *et al*, 2008: 27-28).

Vê-se que a soberania é forte a alguns, como para a Rússia, e frágil a outros, como a países mais pobres, que é o caso da Geórgia. Isso dá permissão para que alguns países sofram intervenções enquanto outros não, banalizando e contradizendo o princípio da Soberania, mostrando que este precisa de uma reforma estável, sem fraquezas. Isso fica claro na falta de resposta adequada e eficaz dos Estados mais poderosos às ações russas contra os georgianos, como é afirmado por Cornel *et al*. (2008: 30), de acordo com o qual Moscou permitiu-se concluir que o uso de força militar para alcançar seus objetivos exteriores na Europa não só é eficiente, como também é permitido, na ausência de respostas tangíveis do Ocidente que gerassem custos às políticas russas.

Junto à necessidade de uma estabilidade da determinação do que vem a ser soberania, vem a instabilidade da capacidade de se determinar quando, como e por que usar a intervenção militar para a resolução de conflitos. "Para os outros, questões éticas sobre o uso da força surgem *ad hoc* com cada nova intervenção, e não parecem ser direcionadas continuamente e sistematicamente como parte do planejamento e do pensamento estratégicos das agências" (SLIM, 2001: 7). Por exemplo, todas as agências humanitárias tendem a julgar a legitimidade da intervenção de acordo com cada caso (SLIM, 2001: 2). Ou seja, o ser humano é normalmente imprevisível, diferente do que pensam os positivistas ou científicos. Aqui os tradicionalistas ganham ponto, têm mais razão. Pode-se dizer, então, que há uma

grande possibilidade de a Rússia não ter tido a intenção humanitária, ao atacar a Geórgia e os georgianos, como algo intrínseco à sua intervenção neste território e às suas ações descritas aqui em geral? Talvez sim, existe essa possibilidade.

E de toda forma, como diz Liam Mahony em seu artigo *Military Intervention in Human Rights Crises: Responses and Dilemmas for Human Rights Responses*,

A combinação da demanda moral para proteger vidas, a frustração com alternativas limitadas e o aparente paradoxo de matar para salvar vidas irá sempre levar diferentes organizações e indivíduos com indiscutíveis valores, intenções, motivações e análises morais a alcançarem respostas opostas [...] Consequentemente, o debate nunca acabará. Mas o movimento irá tornar-se mais forte se houver respeito mútuo e melhoramentos nos diálogos entre essas diferentes identidades (2002: 9).

Essas opiniões contraditórias seguidas de discussões são algo de que não há como escapar, o que pode ser positivo ou negativo, dependendo da situação, se esta é emergencial ou não, precisando de decisões rápidas para ser resolvida ou não. Mas um maior aprofundamento no debate sobre a prática da intervenção militar humanitária, associada a reformas no princípio de soberania vigente, mostra-se cada vez mais importante para a diminuição das arbitrariedades estatais.

CONCLUSÃO

As intenções e vontades estatais ao ajudarem outros países, por meio de intervenção humanitária, podem ser diversas, como vimos neste trabalho. Os fins nem sempre justificam os meios utilizados para alcançá-los, e a noção e opinião quanto ao que vem a ser justo e proporcional para atingir tais fins é variável em cada indivíduo. Portanto, fica bastante complicado determinar até onde um Estado pode chegar, o que ele pode fazer, para que consiga dar auxílio humanitário a outra nação, e essa imposição de limites teria que se transformar em regra (que provavelmente seria constantemente contestada, pois situações diferentes exigem, normalmente, medidas diferentes).

Assim, é difícil dizer quais os verdadeiros objetivos de muitas das ações russas executadas para ajudar a Ossétia do Sul e a Abkházia (algumas foram visivelmente ameaçadoras e infratoras aos Direitos Humanos, ao Direito Internacional Humanitário, à democracia e às vidas de inocentes, como vimos aqui), se foram ou não necessárias e úteis para a ajuda a aqueles territórios. Poderíamos afirmar, com toda a razão, que a Rússia atentou ao princípio contemporâneo de Soberania. Porém, este conceito pós-Paz de Westphalia é, para muitos, inadequado, necessitando de redefinição para que se possa intervir em certas ações estatais sem contradizer ou banalizar um princípio defendido e utilizado até mesmo pelos países interventores, fato que constitui uma hipocrisia bem conveniente a quem interfere na política de outros Estados.

Jackson nos expôs o quão frágil é o significado do que vem a ser um Estado soberano pós-Westphaliano, significado este que dá espaço a injustiças (pois Estados poderosos

infringem o princípio da soberania sem serem penalizados, enquanto os países mais fracos sofrem severas sanções se assim fizerem), contradições e à banalização de costumes e princípios, deixando evidente a necessidade da reforma nesse significado para que a prática desses fatores negativos não influenciem, não contaminem, outros princípios tão importantes à convivência harmônica e pacífica entre os seres humanos, como, por exemplo, os Princípios Gerais do Direito. Se um conceito principal mostra-se inadequado ou incompleto, ele necessita ser corrigido ou melhorado, abrindo-se oportunidade a novas possibilidades em atitudes a serem tomadas em razão de improbidades e arbitrariedades negativas dos Estados, como, por exemplo, o aperfeiçoamento e a ordenação da implementação da intervenção militar, inclusive dentro da legalidade. Esse melhoramento da prática da intervenção militar, com uma permissão mais abrangente e uma maior legitimação, também é necessário, e é interdependente da reforma do princípio de soberania.

Mas, atualmente, a questão de intervenção militar é bastante discutida por diversas entidades e autoridades quanto à sua legitimidade. Visto isso, há maior necessidade de sempre se debater a questão da legitimidade de Intervenções Militares, principalmente no quesito moral. É importante para as relações internacionais e para as Relações Internacionais discutir-se a validade de Intervenções Humanitárias, tomando-se cuidado com as prioritariamente políticas, em que visa-se somente o interesse do fortalecimento da imagem ou da economia estatal. Por meio de maior intensificação dos debates acadêmicos, é provável que ficaria bem mais fácil poder-se determinar, mesmo que em parte, se as intenções do Estado interventor foram como nesses casos ou se são primordialmente humanitárias, de fato.

De qualquer modo, a paz na Ossétia do Sul e na Abkházia foi realmente alcançada com a ajuda dos russos, mas até quando? A questão pós-Guerra é se essa paz vai ser

duradoura, o que possivelmente iria contra a idéia de Kurth de que conflitos étnicos podem ser impossíveis de cessarem.

Mas apesar do que Kurth afirma ser possível, fatos objetivos existem, diferente do que Hobbes disse e que é exposto por Tuck (2001: 142). A prova disso é que, se não fosse essa a realidade, pessoas não sofreriam constantemente e infalivelmente danos físicos, psicológicos e materiais por meio de armas de fogo, e quando o fato é o desejo de proteção de vidas inocentes, deve-se realmente investir todos os esforços nisso, intervir, mas responsavelmente e humanitariamente, sem violência desnecessária. O problema é isso acontecer de fato sem apenas tender-se ao Idealismo.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, e PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política Vol. I*. 11ª edição, Brasília: UNB, 2002.

CORNEL, Svante E., POPJANEVSKY, Johanna, NILSSON, Niklas. *Russia's War in Georgia: Causes and Implications for Georgia and the World*. Policy Paper. Central Asia-Caucasus Institute, 2008.

FERRO, Marc. *História das Colonizações: das conquistas às independências*. Séculos XIII a XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

JACKSON, John H. *The Great 1994 Sovereignty Debate: United States Acceptance and Implementation of Uruguay Round Results*. Columbia Journal of Transnational Law, 36 colum., 1997.

KURTH, James. *Humanitarian Intervention after Iraq: Legal Ideals vs. Military Realities*. In: **Orbis**, Volume 50, Number 1, Winter 2006.

MAHONY, Liam. *Military Intervention in Human Rights Crises: Responses and Dilemmas for The Human Rights Movement*. In: **Military Intervention: NGO Responses to Human Rights Crise. International Council on Human Rights**. 2002. Disponível em: <<http://www.ichrp.org/en/projects/115?theme=2>>.

MICHEDLISHVILI, David. *History of Georgia*. In: **David A. Michedlishvili's Personal Web Page**. Disponível em: <<http://ggdavid.tripod.com/georgia/history.htm>>. Acesso em: Mar. 2010. Site movido para: <<http://www.aboutgeorgia.ge>>. Referência incompleta (páginas).

NOGUEIRA, João Pontes. *A guerra do Kosovo e a desintegração da Iugoslávia: notas sobre a (re)construção do Estado no fim do milênio*. In: **Rev. bras. Ci. Soc. [online]**, vol.15, n.44, 2000. pp. 143-160. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092000000300008&lng=pt&nrm=iso>. Referência incompleta (páginas).

PLATIAU, Ana Flávia, VIEIRA, Priscilla Brito. *A Legalidade da Intervenção Preventiva e a Carta das Nações Unidas*. In: **Revista Brasileira de Ciências Políticas**, janeiro-junho, ano/vol.49, número 001. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, Brasil,

2006. Pp.179-193. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292006000100010&lng=pt&nrm=iso>.

SATO, Eiiti. *Conflito e cooperação nas relações internacionais: as organizações internacionais no século XXI*. In: **Rev. bras. polít. int.** [online]. vol.46, n.2, 2003. pp. 161-176. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292003000200007&lng=pt&nrm=iso>. Referência incompleta (páginas).

SLIM, Hugo. *Military Intervention to Protect Human Rights: The Humanitarian Agency Perspective*. United Kingdom: Oxford Brookes University, 2002. In: **Background Paper for the International Council on Human Rights' Meeting on Humanitarian Intervention: Responses and Dilemmas for Human Rights Organisations**, Geneva 31st March – 1st April 2001.

TUCK, Richard. *Hobbes*. São Paulo : Loyola , 159p. 2001.

ZALAUQUETT, José. *The Legitimacy of Armed Humanitarian Intervention: Basic Concepts*. Military Intervention: NGO Responses to Human Rights Crise. International Council on Human Rights. 2002. Disponível em: <<http://www.ichrp.org/en/projects/115?theme=2>>. Acesso em: Nov. 2009.

NOTÍCIAS E MATÉRIAS ONLINE:

About Georgia. Disponível em: <<http://www.aboutgeorgia.ge/history/index.html?page=8>>. Acesso em: Mar. 2010.

Comitê Internacional da Cruz Vermelha [online]. *Munições cluster: por fim, proibidas!*. Disponível em: <<http://www.cicr.org/Web/por/sitepor0.nsf/htmlall/cluster-munitions-news-290710>>. Acesso em: set. 2010.

Comitê Internacional da Cruz Vermelha [online]. *A Convenção sobre Munições Cluster: perguntas mais frequentes*. Disponível em: <<http://www.icrc.org/web/por/sitepor0.nsf/html/cluster-munitions-questions-and-answers-130109>>. Acesso em: set. 2010.

Crimes of War – A to Z Guide [online]. *Jus ad Bellum / Jus in Bello*. Disponível em: <http://www.crimesofwar.org/thebook/jus-ad-bellum.html>. Acesso em: out. 2010.
Deutsche Welle [online]. *Geórgia na Otan, sim ou não?*. 2008. Disponível em: <<http://www.dw-world.de/dw/article/0,,3588236,00.html>>. Acesso em: set.2010.

Geórgia. In: Infopédia . Porto: Porto Editora, 2003-2010. Disponível em: <[http://www.infopedia.pt/\\$georgia,2](http://www.infopedia.pt/$georgia,2)>. Acesso em: 6 Jun. 2010.

U.S. Department of State. Disponível em: <<http://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/5253.htm>>. Acesso em: 28 Mar. 2010.

RUSSIA TODAY [online]. *Georgia vs. South Ossetia: roots of a 100-years conflict*. 10 Ago. 2008. Disponível em: <http://russiatoday.com/Top_News/2008-08-10/georgia_vs_south_ossetia_roots_of_a_100-year_conflict.html>. Acesso em: 18 Out. 2009.

REUTERS [online]. *Timeline: Conflict between Georgia and Ossetia*. 10 Ago. 2008. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/worldNews/idUSHO05105720080810>>. Acesso em: 18 Out. 2009.

The New York Times [online]. *Georgia is Warned by Russia Against Plans to Join NATO*. 2008. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2008/06/07/world/europe/07russia.html>>. Acesso em: set.2010.

University of Texas Library[online]. *War in Georgia Maps*. Disponível em:<http://www.lib.utexas.edu/maps/georgia_war_2008.html>. Acesso em: 19 de nov. de 2010.

1TV Russian News [online]. *Documentary Film about Russia-Georgia War: First Days*. Disponível em: <www.1tv.ru>. Acesso em: mai. 2010.

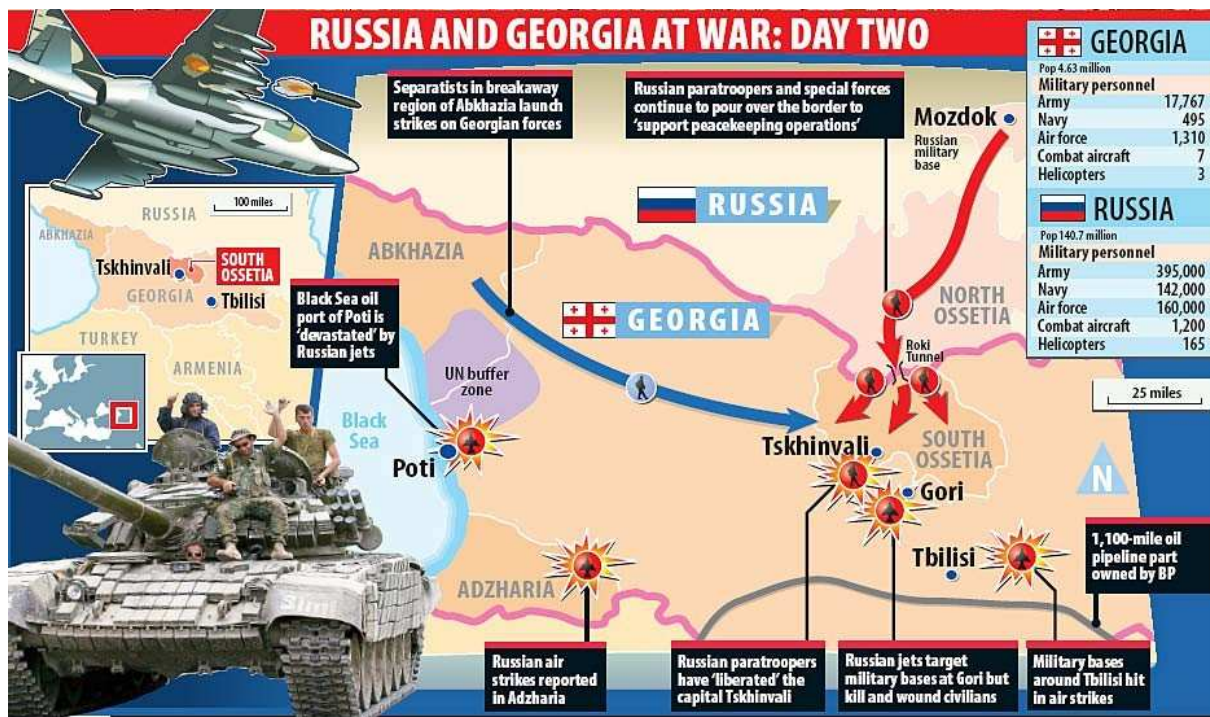
ANEXOS

FONTE PARA OS MAPAS:

University of Texas Library[online]. *War in Georgia Maps*. Disponível em: <http://www.lib.utexas.edu/maps/georgia_war_2008.html>. Acesso em: 19 de nov. de 2010.



Mapa da Guerra Rússia-Geórgia: Geral



Mapa da Guerra Rússia-Geórgia: dia 10 de agosto de 2008



Mapa da Guerra Rússia-Geórgia: dia 11 de agosto de 2008



Mapa da Guerra Rússia-Geórgia: dia 11 de agosto de 2008



Mapa da Guerra Rússia-Geórgia: dia 12 de agosto de 2008